

# Hospital Metropolitano será inaugurado em 12 de dezembro

**Assunto:**

**ANOS DE ESPERA**



*Comissão de Saúde discutiu custeio e prazos para inauguração do Hospital Dr. Célio de Castro. Foto: Rafa Aguiar*

**A Câmara de BH recebeu nesta terça-feira (1º/12) o secretário municipal de Saúde, Fabiano Pimenta, que anunciou para o dia 12 de dezembro a inauguração do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, no Barreiro, depois de cerca de sete anos de obras. De acordo com o secretário, por ora, a unidade vai funcionar com capacidade reduzida, mas a expectativa é que o funcionamento pleno passe a ocorrer a partir do final de 2016, uma vez que o custeio de parte dos serviços depende de repasses dos governos federal e estadual, o que ainda não aconteceu. Os esclarecimentos foram prestados em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde e Saneamento, por requerimento do vereador Professor Ronaldo Gontijo (PPS).**

Segundo Fabiano Pimenta, o Hospital Metropolitano vai ser uma unidade de saúde 100% SUS, o que significa que todos os atendimentos serão prestados em regime integralmente público. A escolha foi elogiada pelo Professor Ronaldo Gontijo, que destacou a importância do equipamento para o atendimento não só da população do Barreiro, mas também para os moradores de cidades do entorno, que fazem parte do vetor sul da Região Metropolitana.

O hospital, que é um equipamento de grande porte, tem 47 mil m<sup>2</sup> de área e, quando em pleno funcionamento, vai contar com mais de 2 mil funcionários, 470 leitos e capacidade para 2 mil internações por mês e 400 atendimentos de pronto socorro. Além disso, segundo o secretário, o equipamento vai melhorar a infraestrutura da rede pública para o atendimento de casos de acidentes vasculares cerebrais, bem como ampliar em de cerca de 10% a quantidade de leitos de CTI disponíveis na capital.

**Ativação gradativa**

Mesmo com inauguração marcada para a próxima semana, o hospital não vai funcionar em plena capacidade, pelo menos durante os próximos meses. Conforme explicou o secretário de Saúde, a situação decorre de fatores técnicos e financeiros.

Do ponto de vista técnico, Pimenta explicou que, como se trata de uma unidade de grande porte, é necessário realizar a implantação das funcionalidades do hospital por etapas, de modo a permitir a ativação progressiva dos serviços. No plano financeiro, o pleno funcionamento da unidade depende de aportes de recursos dos governos federal e estadual.

Segundo Pimenta, a expectativa é que o custeio do equipamento seja realizado com 50% de verba federal, 25% de recursos estaduais e 25% de recursos municipais. A União ainda não teria feito o repasse de sua parte e o Estado aguarda a definição desse montante para fazer o desembolso de sua parcela, que é relativa aos valores oriundos dos cofres federais. O secretário afirmou, no entanto, que as tratativas com o Ministério da Saúde já estão em estágio adiantado e que, assim que os aportes do Estado e da União forem realizados, a ativação completa dos serviços hospitalares deve ocorrer em um prazo de 10 a 12 meses.

### **Parceria Público-Privada**

O Hospital Metropolitano vai funcionar por meio de parceria do poder público com a iniciativa privada. As atividades assistenciais, ligadas à prestação direta de serviços de saúde, vão correr por conta da administração pública. Já atividades de construção civil, manutenção de instalações e da infraestrutura, além de questões administrativas básicas ficarão a cargo do parceiro do setor privado.

O vereador Gilson Reis (PCdoB) criticou esse modelo de gestão, que segundo ele pode conduzir à privatização da saúde no município. Em contraponto, o vereador Bim da Ambulância (PSDB) defendeu as parcerias público-privadas, destacando seu potencial para garantir mais eficiência aos serviços e, por conseguinte, gerar um melhor atendimento à população. As PPPs tornam mais efetiva a resposta a problemas do dia a dia, ligados à garantia de insumos necessários ao funcionamento de um hospital, já que as empresas têm de arcar com suas responsabilidades previstas em contrato, inclusive sob pena de cessação dos pagamentos que lhes seriam devidos. Na mesma perspectiva, o vereador Márcio Almeida (PSD) afirmou que esse modelo de gestão é importante para viabilizar a prestação de serviços à população e que ele tem sido utilizado também nas esferas estaduais e federais de governo.

Assista ao [vídeo](#) na íntegra.

### ***Superintendência de Comunicação Institucional***

#### **Data publicação:**

Terça-Feira, 1 Dezembro, 2015 - 00:00

---